

Permanência de Zélia convenceu credores

Bancos receavam a mudança repentina da equipe econômica

Luiz Roberto Marinho

BRASÍLIA — A garantia de que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello e sua equipe não seriam substituídas foi decisiva para que os credores aceitassem fechar o acordo da dívida externa com o Brasil. Era meio-dia (10h em Brasília) da segunda-feira passada quando foi dado o *ok* ao acordo de pagamento dos juros atrasados, cuja etapa crucial de negociação se iniciara há exatos 61 dias.

O negociador oficial da dívida externa, o embaixador Jório Dauster, e o comando do comitê dos bancos credores bateram o martelo no escritório de advocacia Shearman & Sterling, na Lexington Avenue, em Nova Iorque, 15 minutos depois de ser vencido, por telefone, o último obstáculo: a adesão de um banco importante, cujo nome os integrantes da missão brasileira não revelam, mas que fontes do Ministério da Economia informam ter sido o Deutsche Bank. Era o *happy end* do primeiro capítulo da novela da negociação da dívida, para o qual foi fundamental a certeza dos banqueiros, cristalizada com a edição do Plano Collor II, de que a equipe econômica não seria trocada.

Ao sul do Equador, no gabinete do ministro interino da Economia, João Maia, o telefone tocou às 9h. Era o presidente Fernando Collor. "Onde anda a ministra Zélia?", perguntou. "Está voando, em trânsito", informou Maia, referindo-se ao voo de retorno do Japão, onde ela participara, em Nagoya, da nervosa 32ª Assembleia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "Alguma novidade?", voltou a indagar Collor, lacônico. "Não, senhor presidente", respondeu o substituto de Zélia. Desligado o telefone, Maia ficou nervoso. "Por qual novidade estaria curioso o presidente?", con-

sultou ele a um outro assessor próximo da ministra. Ambos imaginaram ser o *affair* da suspensão do empréstimo de US\$ 350 milhões do BID ao Brasil, capitaneado pelos Estados Unidos. O subsecretário do Departamento do Tesouro, David Mulford, tentara realizar às pressas, em Nagoya, uma reunião do Grupo dos 7, o G7 (EUA, Japão, Alemanha, Inglaterra, Itália, França e Canadá) para suspender o veto.

Maia telefonou para Nagoya atrás do diretor do Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério, Clodoaldo Huguene. "Não há nada de novo sobre o tema", disse Huguene, confirmando o que Zélia já informara de Nagoya, no final da semana: fracassara a reunião do G7 imaginada por Mulford como uma tentativa para que ela amenizasse o tom do seu discurso contra o veto ao financiamento do BID, pois não havia autoridade do G7 em Nagoya, no domingo, com cacife suficiente para uma decisão de tal porte. Às 10h50 toca de novo o telefone do ministro interino. Desta vez era o embaixador Jório Dauster com a boa nova. "Fechamos", comunicou. Cinco minutos depois, João Maia repassa a boa nova a Collor. "Ótima notícia", comemorou o presidente. Até hoje Maia não sabe se a novidade buscada por Collor era o acordo de Nova Iorque.

Gesto político — Nos cinco minutos que durou o telefonema de Dauster para Maia, acertou-se que o embaixador passaria um fax com os termos básicos do acordo. A ligação telefônica, contudo, seria feita de Brasília, pela coordenadora de Comunicação Social, Sílvia Faria, para economizar as despesas da delegação brasileira em Nova Iorque, nas quais a conta de telefone teve um peso considerável. Logo depois de dar a boa nova ao presidente, o ministro interino da Economia ligou para o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), comunicando o fechamento do acordo. Foi um gesto ao mesmo tempo elegante e político. É que o acerto com a banca privada em torno do paga-

Sônia D'Almeida — 13/2/87



Jório: "Zélia fez tudo"

mento dos juros em atraso tem de passar pelo crivo do Senado.

O passo seguinte foi tentar localizar a ministra Zélia, em trânsito num voo da Varig. O avião poderia fazer escala em Anchorage, no Alasca, ou em Los Angeles. Sílvia Faria telefonou à direção da Varig em Brasília. Foi informada de que a escala seria em Los Angeles e solicitou que se passasse um fax ao escritório da Varig no aeroporto pedindo à ministra que ligasse para seu gabinete. Perto das 16h da segunda-feira, telefonou de Los Angeles o chefe de gabinete, Marcos Caramuru. Passou em seguida o fone a Zélia. "Pelo menos uma boa notícia, depois dos aborrecimentos na assembleia do BID e quatro dias sem dormir", exultou a ministra.

Em Nova Iorque, Dauster, calejado negociador desde os tempos em que representava o Brasil na Organização Internacional do Café, em Londres, foi o único a não comemorar, porque na sua opinião somente a primeira ponte foi construída. Falta concluir a etapa talvez mais dura e difícil, que é negociar o principal da dívida.

Duros de dobrar — Foram duras as negociações para se chegar ao acordo de pagamento dos juros atrasados. No comitê dos bancos credores, que tem representantes de 22 bancos e é comandado por um triunvirato (Bob McCormick, o presidente, do Citibank; Alan Lowe, do Morgan Guaranty Trust, e Michael Hunter, do Lloyds), os bancos japoneses e alemães

e alguns poucos americanos, de menor porte, eram sempre os mais duros de serem dobrados.

Em duas ocasiões, credores e devedores ficaram cinco dias sem se contactarem, o prazo máximo de silêncio verificado nesta última rodada. Isso ocorreu quando foram colocadas na mesa pelo Brasil as propostas inovadoras de vinculação entre as duas etapas da negociação, dos juros e do principal da dívida (ou seja, a emissão dos bônus em que se transformou o pagamento de 75% dos juros somente depois de fechado o acordo do estoque da dívida), e a limitação, com tetos mínimos e máximos, dos juros flutuantes dos bônus. Acertadas as linhas básicas, passou-se à discussão dos detalhes: por exemplo, as taxas dos bônus.

A relutância dos bancos alemães foi a última pedra a ser removida e foi por causa do Deutsche Bank, segundo fontes do Ministério da Economia, que o sinal verde só saiu pouco antes do meio-dia (hora de Nova Iorque) da segunda-feira passada. O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, entrou no circuito, de Brasília, para dobrar os alemães. Em pelo menos duas ocasiões — por volta das 23h (hora de Brasília) do domingo, dia 7, e às quatro horas da madrugada da última segunda-feira, Eris telefonou a banqueiros na Alemanha.

Dauster resolveu levar a mulher a Nova Iorque desta vez porque tinha a certeza, conforme seu depoimento ao JB, que depois de uma meia dúzia de viagens, desde outubro, era chegada "a hora da verdade", significando, segundo integrantes da delegação brasileira, que estavam removidos os dois principais obstáculos gerais para o acordo: a estabilidade da economia internacional após deflagrado a guerra no Golfo Pérsico e a manutenção de Zélia.

O sinal para o comitê dos credores, de que Zélia e seu pessoal eram "imexíveis", veio com a edição do Plano Collor II, em 31 de janeiro. Não foi por acaso o embarque da missão no dia 6 de fevereiro. Na ocasião, os empecilhos extra-mesa de negociações estavam removidos.